

Psicologia baseada em evidências: conhecimento científico na tomada de decisão

Psicología basada en evidencias: conocimiento científico en la toma de decisión

Evidence-Based Psychology: Scientific Knowledge in Decision-Making

Maria Imaculada Cardoso Sampaio y Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini

Universidade de São Paulo, Brasil

Resumo

O objetivo deste texto é refletir sobre a importância do conhecimento científico na tomada de decisão, tanto na prática profissional, quanto na definição de políticas públicas na área de Psicologia. O conhecimento científico esclarece, sustenta e respalda a tomada de decisão e é a sociedade a grande beneficiária dos resultados das pesquisas. A ciência tem seu discurso próprio e o cientista escreve para os seus pares. No entanto, a ciência apenas para cientistas já não é mais aceita e surge a necessidade de que a sociedade possa se apoderar de seus produtos para aplicação no dia-a-dia dos profissionais e demais tomadores de decisão. São os produtores do conhecimento científico os responsáveis por aproximar a ciência do profissional e do gestor público para que se efetive a prática baseada em evidências. Uma das estratégias para essa aproximação é a organização do estoque do conhecimento publicado em revisões sistemáticas, ou integrativas. A utilização de resultados de pesquisas é um dos pilares da Psicologia Baseada em Evidências e o psicólogo necessita saber como acessar, avaliar, interpretar e integrar as evidências com os dados clínicos e preferências do paciente na tomada de decisão. O gestor público também deve se apoderar da boa evidência para a definição de políticas públicas.

Palavras-chave: Psicologia baseada em evidências, conhecimento científico, tomada de decisão

Resumen

El objetivo de este texto consiste en reflexionar sobre la importancia del conocimiento científico en la toma de decisión, tanto en la práctica profesional como en la definición de políticas públicas en el área de Psicología. El conocimiento científico aclara, sustenta y respalda la toma de decisión y la sociedad constituye la gran beneficiaria de los resultados de la ciencia. La ciencia tiene su discurso propio y el científico escribe para sus pares. Sin embargo, la ciencia tan solo para los científicos ya no es más aceptada por la sociedad, por lo tanto, surge la necesidad de transformar el producto de la ciencia en algo más accesible para la sociedad en general. Son los productores del conocimiento científico los responsables de aproximar la ciencia del profesional y del gestor público para que sea posible la práctica basada en evidencias. Una de las estrategias para esta aproximación se trata de la revisión del inventario de conocimiento publicado en revisiones sistemáticas o integradoras. La utilización de resultados de investigación es uno de los pilares de la Psicología Basada en Evidencias y el psicólogo necesita saber cómo acceder, evaluar, interpretar e integrar las evidencias con los datos clínicos y preferencias del paciente en la toma de decisión. El gestor público también debe apoderarse de la buena evidencia para la definición de políticas públicas.

Palabras clave: Psicología basada en la evidencia, conocimiento científico, toma de decisión

Maria Imaculada Cardoso Sampaio y Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Nota: Partes deste texto foram extraídas da Tese de Doutorado da primeira autora (Sampaio, 2013).

A correspondência relacionada com este artigo dirige-se a Maria Imaculada Cardoso Sampaio, direção eletrônica: isampaio@usp.br ou a Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, direção eletrônica: angelica@usp.br



Abstract

The objective of this study is to reflect on the importance of scientific knowledge in decision-making both in business and in the definition of public policies for the field of Psychology. Scientific knowledge clarifies and supports decision-making; society is the great beneficiary of its results. Science has its own discourse and scientists write to their own peers. Science focused solely on scientists is no longer accepted by society, provoking the need to make scientific results more accessible from a language standpoint. The creators of scientific knowledge are responsible for taking science to business and public policy makers, allowing the exercise of an evidence-based practice. One of the strategies for such a concourse is the revision of published material available in systematic or integrative review research. The utilization of research results is one of the pillars of Evidence-Based Psychology and psychologists need to learn how to access, evaluate, interpret and integrate this evidence into clinical data and patient preferences into decision-making. Public policy makers also need to make use of solid evidence as part of the definition of public policies.

Keywords: Evidence-Based Psychology, Scientific Knowledge, Decision-Making

O objetivo deste texto é refletir sobre a importância do conhecimento científico na tomada de decisão, tanto na prática profissional, quanto na definição de políticas públicas na área de Psicologia. O volume de conhecimento publicado nos últimos anos deve apoiar a tomada de decisão, tanto na prática profissional, quanto na gestão pública. Entretanto, devido ao volume excessivo de publicações, torna-se impossível para qualquer leitor manter-se atualizado em sua especialidade. Assim, é urgente buscarmos alternativas que possibilitem um maior aproveitamento do estoque de conhecimento disponível.

O conhecimento científico é construído a partir de evidências “concretas”, a base empírica, que são dados e resultados que recebemos através de nossas modalidades sensoriais (Volpato, 2011). A prática baseada no conhecimento científico, ou em evidências científicas, é o uso de resultados de pesquisas na tomada de decisão para a solução de problemas (Mendes, Silveira & Galvão, 2008). Isso não significa o uso sem reflexão desses resultados, ou mesmo uma prática evidencista, como alguns criticam, mas sim, o uso consciente do conhecimento de qualidade e atualizado, aliado ao saber do profissional, considerando a opção do paciente. O mesmo vale para a gestão pública, que deve pautar a definição das políticas em rigorosas evidências científicas. No entanto, nunca devemos esquecer que a apropriação e uso do conhecimento científico pelo responsável em elaborar as políticas não devem prescindir da opinião dos atores sociais submetidos às mesmas, como por exemplo: psicólogos, agricultores, professores, médicos.

Qual é o objetivo da ciência e o seu papel na sociedade?

Por ciência entende-se o processo de sistematização de conhecimentos em uma proposição logicamente correlacionada e que visa afirmar, ou negar, alguma hipótese em relação a um determinado fenômeno (Marconi & Lakatos, 2010). A ciência pode ser sinônimo de conhecimento científico e, junto com a tecnologia, representa uma grande vantagem competitiva, que pode ser decisiva para o crescimento econômico, domínio dos fenômenos da natureza e maior qualidade de vida para o ser humano (Demo, 2000).

Em discussão sobre o que é a ciência Harayama (2012) questiona:

No mundo contemporâneo poucas são as palavras que tem o poder de agrupar e ao mesmo tempo calar opiniões quanto o termo ‘científico’. Ciência é algo que surge quando queremos impor, ou

sermos convencidos de certos fatos incontestáveis que mudam nossa vida de forma retumbante, e que transformam os nossos desejos, querer e poderes. Explicado nesses termos o leitor já deve começar a perceber uma analogia de fundo: a ciência, no séc. XXI, é a nossa religião. E como todo o ato de professar a fé, ela é muitas vezes revestida e encapuzada de uma visão autoritária e totalitarista (parr. 2).

É claro que o conceito de ciência pode ser alterado em função de novas posturas e comportamentos do cientista. Mas, ainda devemos respeitar a lógica, se não garantimos, não podemos provar nada. Resta-nos aceitar apenas comprovações provisórias (Volpato, 2011). O conhecimento visto hoje como certo, pois há comprovação de sua validade, amanhã pode ser negado por um dado novo. Outro problema sério é o uso distorcido dos resultados da ciência. Quem viveu nos anos de 1980, certamente, lembra-se de que a gema do ovo se transformou na vilã das doenças do coração. Os meios de comunicação, *baseados em pesquisas científicas* (grifo nosso), condenavam o consumo de ovo e afirmavam que a ingestão desse alimento era um dos causadores do aumento do colesterol, o que ocasiona as doenças cardíacas. Um estudo de caso, publicado no *British Medical Journal* no ano de 1976, concluía que o consumo regular de muitos ovos, por um longo período, era prejudicial à saúde e podia ser o responsável por doenças coronárias (Rhombert & Braunsteiner, 1976). O estudo se baseou em uma paciente que ingeria 10 ovos por dia, por estar fazendo uma dieta para emagrecimento. Tempos depois cientistas comprovaram que comer ovo não era prejudicial à saúde, muito pelo contrário, fazia bem e consumir até um ovo por dia não tem impacto global substancial no risco de doença coronária, ou acidente vascular cerebral, entre homens e mulheres saudáveis (Dawber, Nickerson, Brand & Pool, 1982; Hu et al., 1999). Esse é um caso no qual o conhecimento científico mal utilizado prejudicou a saúde e o prazer de muitas pessoas em comer ovos, além de trazer danos econômicos aos ovicultores. Demo (2000) concluiu que o conhecimento científico, que foi inventado para dizer-nos o que é objetivamente certo, diante das discussões pós-modernas, anda muito incerto e pode trazer danos.

Claro que os exemplos anteriores são para dizer que não devemos tomar a ciência como verdade irrefutada. O conhecimento científico deve esclarecer, sustentar e respaldar a tomada de decisão, quando feito com rigor e seriedade. É transmitido de modo racional, de geração a geração, a partir da educação formal, informal e baseado na imitação e troca de experiências (Marconi & Lakatos, 2010). Entretanto, não deve ser a única fonte de informação, nem utilizada cegamente, sem uma avaliação criteriosa de sua veracidade. O contexto e a experiência profissional, além da vontade expressa do paciente, devem ser considerados em qualquer prática clínica.

Quem se beneficia com o uso ponderado do conhecimento científico? Um médico, que ao se atualizar regularmente, com base em bons artigos científicos, publicados em revistas de qualidade, alia sua experiência clínica, com o novo saber para tomar decisão em relação a um tratamento e administração de medicamentos, responderia Trzesniak (2014). Um psicólogo, com os mesmos requisitos, poderá decidir sobre a melhor técnica psicoterapêutica para o tratamento de distúrbios psicológicos. O gestor público poderá se valer das informações científicas para definir políticas de saúde para a população. Enfim, a sociedade é a maior beneficiada pelos resultados da boa ciência. Afinal, são as pesquisas de qualidade que possibilitam novas descobertas que mudam o estado das coisas, em todas as esferas da vida humana.

Podemos apontar algumas descobertas científicas clássicas que revolucionaram o mundo: Darwin, pesquisando sobre orquídeas reforçou sua teoria da seleção natural; a descoberta de vacinas, como a varíola, por Edward Jenner; Alexander Fleming e a descoberta da penicilina; Marie Curie, e a descoberta dos elementos radioativos; Ivan Pavlov com seus estudos sobre condicionamento. Todas dispensam

citações por serem de reconhecido saber. Mais recentemente, no ano de 1997, um grupo de pesquisadores brasileiros sequenciou o genoma da *Xylella fastidiosa*, que permitiu isolar a bactéria causadora da clorose variegada de citros, popularmente conhecida como praga do amarelinho, que tantos prejuízos traziam aos agricultores. Os resultados da pesquisa foram publicados na revista *Nature* e até hoje são reconhecidos no meio científico (Simpson et al., 2000). A sociedade se beneficiou enormemente dessas pesquisas que mudaram o rumo da história, logo, podemos concluir que o conhecimento científico interessa a todos os seres humanos.

Para quem o cientista escreve?

Sem dúvida, o cientista escreve para os seus pares, embora seus resultados interessem à sociedade de modo geral. O alcance ao conhecimento científico que a Internet possibilitou, ao colocá-lo em acesso aberto, nos leva a questionar sobre a melhor maneira para se comunicar os resultados de pesquisas. Claro, alguns textos científicos são altamente especializados e dirigidos a um público específico. No entanto, uma parte considerável da ciência gerada nas universidades e centros de pesquisas poderia servir de aporte ao leitor leigo e aos gestores públicos para esclarecer, validar, justificar ou legitimar a tomada de decisão, desde que fosse escrito em uma linguagem mais acessível e menos rebuscada. A sociedade não tem conhecimento dos termos técnicos utilizados pelos cientistas e o próprio cientista reconhece que a linguagem o distancia do diálogo com o público mais amplo, dificultando a aplicação do conhecimento (Carneiro, Guedes-Bruni & Leite, 2009).

A complexidade do pensamento científico não precisa levar a impenetrabilidade no texto escrito. Gopen e Swan (1999) trazem uma série de princípios retóricos capazes de tornar a comunicação científica mais clara, sem simplificar demais as questões científicas. Os autores afirmam que aprimorar a qualidade da escrita impacta diretamente a melhoria da qualidade do pensamento. Embora tenha suas regras próprias, o objetivo do discurso científico não é a mera apresentação de informações e de ideias, mas sim comunicar seus resultados para a sociedade científica e não científica, pois é essa a maior beneficiária do legado da ciência. A linguística, a retórica e a Psicologia cognitiva têm buscado caminhos para auxiliar autores a produzirem textos que atendam melhor às expectativas do leitor (Gopen & Swan, 1999).

A ciência deve ser protegida da ‘poluição’ gerada pelas ideologias, interesses ou paixões, ou seja, a ciência deve ser neutra. Esse excesso de proteção pode ser uma barreira entre o que se produz em ciência e as necessidades informacionais da sociedade (Carneiro et al., 2009). A ciência não tem sua ‘poluição’ gerada pelos próprios cientistas?

A pesar do quadro rico, desconcertante, ambíguo e fascinante que assim se revela, poucas pessoas de fora já penetraram nas atividades internas da ciência e da tecnologia e depois saíram para explicar, a quem continua do lado de fora, de que modo tudo aquilo funciona (Carneiro et al., 2009, p. 275).

É papel do cientista traduzir os textos acadêmicos em linguagem acessível à população? Existe um meio termo capaz de contemplar as necessidades do cientista em expressar seus resultados e da população em entender o que se quis demonstrar? Essa aproximação da ciência com a sociedade é desejável? Estamos distantes de encontrar respostas para tais questões. Entretanto, parece que chegamos a um impasse que nos diz que a ciência apenas para cientistas já não é mais aceita pela sociedade.

O processo de apropriação do saber científico para a prática profissional e na gestão pública deve ser uma meta de todos que geram, organizam e disseminam o conhecimento. Sem esse efetivo uso da ciência podemos dizer que o cientista está deixando de atender uma parte considerável do seu público alvo. Essa questão envolve outro desafio: a busca e avaliação das evidências científicas como apoio à tomada de decisão.

Recuperando e avaliando as evidências científicas

Quem pode auxiliar na abertura do que Latour (2000) chamou de caixa-preta da ciência para as pessoas que não fazem ciência, mas precisam dela na sua prática profissional, ou na gestão pública? Certamente, são os produtores e provedores de informação científica. A organização e recuperação das evidências científicas não são problemas na atualidade, haja vista o número de bases de dados que reúne, organiza e dissemina o conhecimento científico. Restringindo as fontes de informação à Psicologia e áreas correlatas, Sampaio e Sabadini (2009) apontam 15 bases de dados e portais que indexam e publicam os artigos científicos: portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (CLASE), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Latindex), *Base de Datos de Psicología* (PSICODOC), *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal* (Redalyc), *Psychological Information* (PscINFO), Scopus, *Web of Science* (WoS), PASCAL, Index Psi Periódicos, PubMed, CSA, *Sociological Abstracts* e *Education Resources Information Center* (ERIC). O número de fontes de informação comprova que a organização e disseminação do saber científico na área estão asseguradas.

Outro indicador que comprova o alto número de revistas disponíveis para publicação de artigos científicos é a lista de periódicos avaliados pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma vez que, no ano de 2013, foram avaliados 2,790 títulos, nos quais autores dos diversos programas de pós-graduação em Psicologia do Brasil publicaram¹.

PsycLine, cuja proposta é reunir os periódicos científicos de Psicologia remete a 2,088 títulos em diversos idiomas. O catálogo eletrônico de revistas ULRICHSWEB contabiliza 1,683 revistas com a palavra “*psychology*” no título. O PePSIC, que publica revistas de sete países da América Latina, reúne 134 títulos. Os dados foram coletados nas bases de dados em junho de 2014.

Então, podemos pensar que não existem mais barreiras para o acesso ao conhecimento científico na área de Psicologia. O nosso problema parece ser outro. Vamos analisar o caso do ponto de vista do excesso e da necessidade de sintetizar o conhecimento para a tomada de decisão. Em relação ao excesso vimos o volume de revistas publicadas e indexadas nas bases de dados da área. O grande volume de publicações para consulta não é privilégio da Psicologia e nem um problema da era atual, por volta do século XIX o excesso de informação já era considerado absurdo. Price (1976) afirmou que nenhum cientista conseguia ler todos os artigos ou manter-se suficientemente a par de todos os trabalhos na sua área de interesse. Archibald Leman Cochrane, mais conhecido como Archie Cochrane, em 1979, declarou ser inadmissível que a medicina ainda não tivesse organizado um resumo crítico, por especialidade, de todos os ensaios clínicos randomizados que facilitasse a consulta aos milhares de artigos para apoiar

¹ http://www.anpepp.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=129

a decisão em saúde². Em 1987, um ano antes de sua morte, Archie publicou uma revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados sobre cuidados na gravidez e parto, sendo considerada um marco na história de atenção à saúde. Sugeriu que outras especialidades deveriam copiar os métodos utilizados e suas ideias levaram à abertura do primeiro Centro Cochrane, em Oxford, Reino Unido, no ano de 1992.

No ano de 1895, a Psicologia demonstrou estar alerta ao problema de excesso de artigos e lançou uma publicação para sumarizar as revistas, considerada o primeiro indexador da área. Chamada *The Psychological Index*, teve como primeiro editor Howard Crosby Warren, da *Princeton University and Livingston*, elencava 1,312 revistas e foi publicado até o ano de 1936. Após a Segunda Guerra mundial, a literatura psicológica aumentou muito e o *Index* não conseguiu se manter atualizado (Benjamin & VandenBos, 2006).

Fundado em 1904, o *Psychological Bulletin* (PB) apresentava cerca de 40 artigos de revisão por ano. Um relatório, de autoria de Fulcher, sugeria que o PB fosse transformado em boletim de *abstracts*, mas a ideia não vingou totalmente. Entretanto, o periódico publicava uma parte de seu conteúdo com os *abstracts* das principais revistas da área.

No ano de 1921, surge a discussão sobre a possibilidade de se ter um *psychological abstracts journal*, sob a responsabilidade da *American Psychological Association* (APA). Em janeiro de 1927, aparece o primeiro fascículo do *Psychological Abstracts* (PA). No ano de 1973, surge a primeira base de dados, com 75,000 registros oriundos do PA, inaugurando uma nova etapa em relação à sumarização e acesso à informação psicológica. Em 1977, PsycINFO passa a ser acessível *online*, via sistema DIALOG. As novas tecnologias, emergentes nos anos de 1980, impulsionaram a construção de fontes de informação em CD-ROM, e a SilverPlatter Inc., imprimiu, no ano de 1986, o CD-ROM PsycLit, com a base de dados originária do PA. Durante um período, subsistiram três fontes de informação com conteúdos muito similares: PA (publicação impressa), PsycINFO (versão *online*) e PsycLit (versão em CD-ROM). No ano 2000, o PsycLit deixou de ser gravado e, em 2005, o PA encerrou a publicação impressa, restando apenas a versão online PsycINFO, considerada a mais importante base de dados da área de Psicologia do mundo (Benjamin & VandenBos, 2006).

Price (1976) previu a explosão das revistas científicas e antecipou que se não surgisse uma forma de organizar os artigos científicos em fontes de informação, que possibilitassem ao pesquisador e estudioso o acesso de forma rápida e eficiente aos artigos, a revista científica teria sucumbido, mesmo sendo a “coqueluche” da ciência. Atualmente, as fontes de informação não são capazes de contribuir com o uso racional da informação e uma interessante estratégia surgiu para organizar os milhares de artigos em um único estudo: as revisões sistemáticas da literatura.

As revisões como base da Psicologia Baseada em Evidências

Segundo o Curso de Revisão Sistemática e Meta-análise da Universidade Federal de São Paulo³, a primeira revisão sistemática sobre um cenário clínico foi publicada no *Journal of American Medical Association*, em 1955. Anteriormente, algumas publicações abordavam os métodos estatísticos, chamados meta-análise, para combinar resultados de pesquisas. Meta-análise é um método quantitativo que

² <http://www.cochrane.org/about-us/history/archie-cochrane>

³ www.virtual.epm.br/cursos

permite combinar resultados de pesquisas, realizadas de forma independente, e sintetizar suas conclusões, ou mesmo extrair nova conclusão pela aplicação de uma ou mais técnicas estatísticas (Luiz, 2002). O termo meta-análise foi adotado por Gene V. Glass, psicólogo, no ano de 1976, em um artigo intitulado “*Primary, Secondary and Meta-Analysis of Research*”, publicado na revista *Educational Researcher*. Para que a meta-análise seja realizada é necessário que a revisão sistemática reúna dois, ou mais, estudos que respondam à mesma pergunta de pesquisa. Em 1995, um grupo de cientistas reunidos em Potsdam (Alemanha) definiu como revisão sistemática “a aplicação das estratégias científicas que limitam o viés de seleção e avaliam com espírito científico os artigos e sintetizam todos os estudos relevantes em tópicos específicos” (Cordeiro, Oliveira, Rentería & Guimarães, 2007, p. 429).

Intensamente utilizada na área da saúde, a revisão sistemática é um tipo de investigação científica. Seu objetivo é levantar, reunir, avaliar criticamente e sintetizar os resultados de diversos estudos primários. A revisão sistemática busca responder a uma pergunta claramente formulada, utilizando métodos sistemáticos e explícitos para recuperar, selecionar e avaliar as pesquisas relevantes, reunindo e analisando os dados dos estudos. Na revisão sistemática, os sujeitos são os estudos primários publicados (unidades de análises), selecionados para compor o grupo que dará as respostas à pergunta formulada. As revisões sistemáticas são consideradas estudos observacionais retrospectivos por alguns autores e por outros são situadas como estudos experimentais (Cordeiro et al., 2007).

As revisões sistemáticas têm sido utilizadas para testar hipóteses concretas. No caso de estudos quantitativos, é fácil combinar seus resultados para obter dados padronizados, podendo, inclusive, aplicar-se a meta-análise para a integração desses dados. Porém, essa metodologia é insuficiente quando se busca aplicá-la aos estudos qualitativos. Neste caso, pode ser interessante realizar uma revisão integrativa, que nos dará uma ideia de como os estudos foram realizados gerando as hipóteses e identificando os aspectos que podem ser estudados com mais detalhes. Revisão integrativa é um método de estudo que inclui a análise de resultados de pesquisas relevantes e que dão suporte à tomada de decisão, tanto na prática clínica, quanto na gestão pública. A partir da síntese do conhecimento sobre um determinado assunto, esse tipo de revisão pode apontar lacunas sobre áreas de estudos descobertas e que necessitam ser preenchidas com a realização de novos trabalhos. A revisão integrativa difere da sistemática pelo método de elaboração, que aceita estudos com metodologias diferenciadas e com abordagens qualitativas e quantitativas (Mendes et al., 2008).

Gabarito et al. (2009) explicam que os objetivos da revisão sistemática são: avaliar a qualidade e metodologia empregadas nas pesquisas científicas, sintetizar a evidência científica e oferecer subsídios na tomada de decisão com base em conhecimento científico. Os autores enumeram os estudos em três categorias:

1. *Revisão sistemática*: trabalhos que resumem de forma sistemática a evidência científica para analisar a relação entre elas, respondendo a uma pergunta concreta de pesquisa.

2. *Revisão sistemática com meta-análise*: além de fazer a relação entre as evidências, aplica uma técnica estatística para sintetizar quantitativamente os resultados dos estudos primários. O objetivo da meta-análise é proporcionar estimativas mais precisas e integradas.

3. *Revisão sistemática exploratória*: sintetiza as evidências sobre um tema e descreve o conhecimento existente. Serve para gerar hipótese, estabelecer linhas de pesquisas, ou como base para Informes Técnicos. Informes Técnicos são a reunião de documentos selecionados segundo um determinado critério, que responde a uma pergunta determinada.

O processo de transformar o conhecimento em evidência alimentadora de uma decisão é complexo e nunca totalmente científico, sendo permeado por diferentes interpretações e valorações do conhecimento existente, da mesma forma que todo o processo de produzir e disseminar conhecimentos está mediado por relações que se estabelecem no interior da comunidade científica e desta com os vários setores e interesses da sociedade (Barreto, 2004, p. 332).

O enfoque da prática, baseada em evidência, sustenta-se sobre dois princípios fundamentais: (1) o convencimento de que as melhores evidências científicas sobre a eficácia dos programas, serviços e ações procedem das revisões sistemáticas dos estudos avaliativos; (2) que é preciso articular canais de comunicação que permitam levar tais evidências de forma rápida aos políticos, gestores, profissionais que atendem aos pacientes e receptores dos programas, assim como ao público em geral (Sánchez-Meca, Boruch, Petrosino & Rosa, 2002).

Estamos falando em reaproveitamento do conhecimento, a partir da utilização dos resultados de pesquisas científicas na prática profissional e no desenvolvimento de políticas de saúde pública. Há muito se discute qual seria o benefício direto para a população, advindo dos investimentos efetuados pelo Estado na produção da ciência, principalmente nos países em desenvolvimento. Para que o conhecimento possa ser reaproveitado vimos que deve estar em uma linguagem clara e objetiva, disponível nas fontes de informação, de preferência em acesso aberto, organizado em revisões da literatura e ter qualidade.

É necessário que os cientistas comecem a pensar em uma ciência sustentável, na qual se reutilizam os resultados já levantados, em vez de consumirem novos recursos para repetir o que já foi feito. Antes de se empreender uma pesquisa sobre um determinado tema, há que se buscar o que foi pesquisado sobre o assunto e seguir, a partir de então, aproveitando as conclusões e os resultados obtidos nos estudos anteriores para avançar rapidamente com a ciência. Os erros e os enganos também devem ser publicados, evitando-se repetir pesquisas fracassadas, que somente oneram os custos da ciência. Tudo deve ser publicado com a qualidade dos bons artigos, para que possamos caminhar com a velocidade que o nosso tempo exige. A esse respeito, produzir artigos de qualidade, respeitando as recomendações de Trzesniak, Plata-Caviedes e Córdoba-Salgado (2012) são alternativas interessantes a considerar.

O “*Report of the 2005 Presidential Task Force on Evidence-Based Practice*” da APA define Prática Baseada em Evidências como a integração da melhor pesquisa científica disponível com a experiência clínica no contexto das características, cultura e preferências do paciente (Levant, 2005). Podemos definir a Psicologia Baseada em Evidências como a integração de sólidas teorias psicológicas com a melhor evidência de pesquisa disponível, resultante de pesquisas de alta qualidade metodológica, aliada à experiência profissional na tomada de decisão em relação ao tratamento clínico, elaboração de guias e procedimentos e definição de políticas públicas na área de Psicologia.

A prática baseada em evidências nasceu no Canadá e tem sido integrada no Sistema Nacional de Saúde do Reino Unido. A promoção da prática baseada em evidências no Reino Unido não ocorreu no vácuo, mas sim, como reflexo da necessidade de aumentar a eficiência e qualidade dos serviços de saúde, bem como diminuir os custos operacionais. Em 1991, o Departamento de Saúde, numa tentativa de remediar o déficit de conhecimento baseado em pesquisas, lançou um programa nacional com dois objetivos principais: o primeiro era assegurar que o cuidado prestado pelo Sistema Nacional de Saúde fosse baseado em pesquisas relevantes para melhorar a saúde da nação, e o segundo era que a utilização de pesquisas e o seu desenvolvimento deveria tornar-se parte integral dos serviços de saúde e que os administradores, equipe médica, de enfermagem e outros profissionais deveriam tomar decisões diárias baseadas nos resultados de investigações (Galvão, Sawada & Rossi, 2002).

No Brasil, o Departamento de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde orienta sobre o uso da informação científica para o fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS, Ministério da Saúde, 2009). As diretrizes são voltadas para a incorporação dos resultados de pesquisas na gestão pública do SUS como forma de aproveitar os resultados de pesquisas para o tratamento da população com maior eficácia e eficiência. Uma sociedade baseada em conhecimento reconhece o esforço do cientista como meio de melhorar a vida e o bem estar das pessoas (Rocha, 2012).

Como editores podem colaborar para a prática da Psicologia Baseada em Evidências?

Assim como os autores e pareceristas, editores precisam aprender sobre a prática da Psicologia Baseada em Evidências de forma efetiva. É claro que não estamos dizendo que os editores precisam se especializar na técnica das revisões de forma exaustiva. No entanto, devem, pelo menos, saber distinguir revisão sistemática, revisão integrativa, revisão narrativa. Sem esse conhecimento básico das metodologias que diferenciam os três tipos de revisões esses importantes agentes da publicação científica correm o risco de publicar “gato por lebre”, como dizemos na linguagem popular. Percebemos que autores e editores entenderam a importância de que o estoque de conhecimento seja revisado em busca da geração do meta conhecimento, ou seja, conhecimento sobre o conhecimento. Mas parece estar havendo uma má compreensão do que sejam essas revisões e o rigor metodológico que esse tipo de trabalho exige.

Zoltowski, Costa, Teixeira e Koller (2014) avaliaram a qualidade metodológica das revisões sistemáticas publicadas em periódicos brasileiros de Psicologia. A busca foi realizada nas bases de dados PePSIC e SciELO e identificou 33 artigos dessa natureza. O instrumento utilizado para avaliar os estudos foi a escala *Assessment of Multiple Systematic Reviews* (AMSTAR), especialmente desenvolvida para avaliar qualidade de artigos de revisões sistemáticas. O instrumento avalia 20 itens incluindo o desenho da revisão, duplicação na extração dos dados e seleção dos estudos, se a busca em bases de dados foi compreensiva, como foram definidos os critérios de inclusão dos estudos, se foi fornecida uma lista dos estudos incluídos e excluídos, se as características dos estudos incluídos foram apresentadas, se a qualidade dos estudos incluídos foi avaliada e documentada e utilizada de forma apropriada nas conclusões. Avalia, também, os métodos utilizados para agrupar os achados dos estudos, se houve viés de publicação e descrição do conflito de interesse. O estudo concluiu que, embora o número de estudos denominados como revisões sistemáticas em periódicos de Psicologia tenha aumentado, esse crescimento não foi acompanhado por um incremento na qualidade. “A pontuação média das revisões foi 5,39 (em um escore que podia variar de 0 a 11)” (Zoltowski et al., 2014, p. 97). Trabalhos de avaliação dessa natureza são importantes para apresentar um panorama dos tipos de estudo. No entanto, o estudo se equivocou em relação à sua própria metodologia, que é de estudo transversal e não de revisão sistemática de revisões sistemáticas, como o informado. Revisões sistemáticas de revisões sistemáticas, ou overview, como é chamado esse tipo de estudo em inglês, demandam rigor na busca e avaliação dos estudos, começando por esgotar as fontes de informação nas quais os estudos podem estar indexados. SciELO e PePSIC não esgotam as revistas de Psicologia publicadas no Brasil, logo houve viés na seleção dos trabalhos.

Na área de pesquisas com animais Faggion, Listl e Giannakopoulos (2012) realizaram uma revisão sistemática de revisões sistemáticas, também com a escala AMSTAR, e recuperam 444 estudos, dos quais, aplicados os critérios de inclusão e exclusão, restaram 54 artigos, encontrando um escore de 17 e 35 como média e baixa qualidade, respectivamente. Os autores concluíram que a qualidade metodológica das revisões está abaixo do desejado e que é necessário implementar melhorias nos desenhos dos estudos. Observando os procedimentos metodológicos do estudo é possível afirmar que a revisão de revisões efetuada seguiu procedimentos rigorosos e pode ser classificada como *overview*.

Uma busca por “*Systematic Review*” na base de dados PsycINFO, considerada a mais importante fonte de informação na área, restringindo ao tipo de metodologia, sim porque para a APA revisão sistemática é uma metodologia de pesquisa, recuperamos 9,307 artigos, em julho de 2014. Seria interessante aplicar o AMSTAR para conhecer se os estudos alcançam boa pontuação em relação à metodologia desses estudos, ou se os resultados são equivalentes ao dos dois estudos apontados anteriormente. Será que as revistas indexadas pela APA também estão publicando artigos que não seguem o rigor metodológico exigido para esse tipo de investigação?

O breve olhar sobre a questão nos mostra que, realmente, estão havendo equívocos na aplicação da metodologia das revisões sistemáticas e é urgente a capacitação de autores, pareceristas e editores para que os artigos aprovados para publicação tenham maior consistência. Se desejamos, e é desejável, que as revisões sistemáticas se tornem, efetivamente, instrumentos para prática baseada em evidências, em qualquer área do conhecimento, os produtores do conhecimento precisam dominar as técnicas para uma adequada revisão da ciência publicada.

Não se aprende fazer revisão sistemática em poucas horas, pois o processo é rigoroso e demanda conhecimento específico. Entretanto, cursos de formação de revisores começam a ser oferecidos na modalidade presencial e a distancia, como é o caso do curso de revisão sistemática virtual da Universidade Federal de São Paulo⁴, ou da Colaboração Cochrane⁵, que tem um setor dedicado ao treinamento de revisores.

Considerações Finais

Analisar sistematicamente as evidências e aplicar técnicas estatísticas para a medição dos resultados demanda o conhecimento de fontes de informação e domínio de ferramentas para análise crítica da literatura. Essa atividade é fortemente desenvolvida no meio dos pesquisadores e docentes de universidades e centros de pesquisas, especialmente na área da saúde. Entretanto, na área da Psicologia ainda é incipiente e demanda difusão e capacitação. O gestor público, também não maneja as evidências com a desenvoltura necessária para tomar decisão baseado em evidências geradas pela ciência. Enquanto o psicólogo não se apoderar das técnicas para elaboração de revisões com o rigor exigido, saber que essas contribuições existem, onde estão e que elas podem economizar muito de seu tempo com pesquisa e leitura de documentos, o progresso da Psicologia será retardado e os pacientes continuarão perdendo qualidade de vida. Os gestores de políticas públicas também devem ser orientados e incentivados a usar o bom conhecimento disponível em fontes de informação na definição de políticas públicas condizentes com a demanda da sociedade.

⁴ <http://www.virtual.unifesp.br/home/card.php?obj=14>

⁵ <http://www.cochrane.org/training>

A utilização de resultados de pesquisas é um dos pilares da Psicologia Baseada em Evidências, os outros são a *expertise* do clínico e a vontade expressa do paciente. Para tanto, o psicólogo necessita saber como acessar, avaliar, interpretar e integrar as evidências com os dados clínicos e preferências do paciente na tomada de decisão para o cuidado com a saúde mental.

Durante décadas as revisões foram consideradas como um trabalho de segunda categoria, uma espécie de parasita que se alimenta dos trabalhos de outros e que nem eram dignas de serem registradas nos currículos. Recentemente, os estudiosos tomaram consciência da importância desse tipo de contribuição e que é responsabilidade de todos revisarem esse acúmulo de conhecimento de forma eficiente e com o mesmo empenho, rigor e sistematização da pesquisa primária. Pode ser que muito em breve tenhamos dois tipos de pesquisadores: aqueles que seguirão fazendo as pesquisas clássicas (primárias) e os que se dedicarão ao trabalho de integrar essas pesquisas a partir de suas análises (pesquisas secundárias). Afinal, as revisões nos dizem o que está sendo estudado em uma determinada área, assim como suas zonas descobertas e lacunas a serem preenchidas.

A breve discussão sobre o tema deixa claro que a Psicologia Baseada em Evidências, precisa ser incorporada às práticas de ensino, pesquisa, gestão pública e atuação do psicólogo. Entretanto, para que os tomadores de decisão possam se valer das evidências é necessário aperfeiçoar a capacidade do cientista em produzir e utilizar o conhecimento publicado em revistas e outros tipos de publicações.

Referências

- Barreto, M. L. (2004). O conhecimento científico e tecnológico como evidência para políticas e atividades regulatórias em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(2), 329-338. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232004000200010> Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20388.pdf>
- Benjamin Jr., L. T. & VandenBos, G. R. (2006, Dec). The window on psychology's literature: A history of psychological abstracts. *American Psychologist*, 61(9), 941-954. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.61.9.941>
- Carneiro, M. J. T., Guedes-Bruni, R. R. & Leite, S. P. (2009). Conhecimento científico e políticas públicas: mobilização e apropriação do saber em medidas de conservação da Mata Atlântica. *Estudos Sociais e Agrícolas*, 17(2), 254-303. Recuperado de <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/314/310>
- Cordeiro, A. M., Oliveira, G. M., Rentería, J. M. & Guimarães, C. A. (nov-dez, 2007). Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, 34(6), 428-431. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-6991200700060001>
- Dawber, T. R., Nickerson, R. J., Brand, F. N. & Pool, J. (1982, Oct). Eggs, serum cholesterol, and coronary heart disease. *American Journal of Clinical Nutrition*, 36(4), 617-625. Retrieved from <http://ajcn.nutrition.org/content/36/4/617.full.pdf+html>
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo, Brasil: Atlas.
- Faggion, C. M., Listl, S. & Giannakopoulos, N. N. (2012). The methodological quality of systematic reviews of animal studies in dentistry. *The Veterinary Journal*, 48, 140-147. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tvjl.2011.08.006>
- Gabarito, R. M., Gómez, S. T., López-González, M., Macías, L. M., D'Agostino, M. & Cabo, J. V. (jul-sep, 2009). Revisões sistemáticas exploratórias. *Medicina y Seguridad del Trabajo*, 55(216), 12-19. doi: <http://dx.doi.org/10.4321/S0465-546X2009000300002>
- Galvão, C. M., Sawada, N. O. & Rossi, L. A. (set-out, 2002). A prática baseada em evidências: considerações teóricas para sua implementação na enfermagem perioperatória. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 10(5), 690-695. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692002000500010> Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v10n5/v10n5a10.pdf>

- Gopen, G. & Swan, J. (1999, Nov-Dec). The science of scientific writing. *American Scientist*. Retrieved from <http://www.americanscientist.org/issues/id.877,y.0,no.,content.true,page.9,css.print/issue.aspx>
- Glass, G. V. (1976, Nov). Primary, Secondary and Meta-Analysis of Research. *Educational Researcher*, 5(10), 3-8.
- Harayama, R. M. (10 de agosto de 2012). *O que é ciência afinal?* [Blog: Fórum sobre a medicalização de educação e da sociedade]. Recuperado de <http://medicalizacao.org.br/o-que-e-ciencia-afinal>
- Hu, F. B., Stampfer, M. J., Rimm, E. B., Manson, J. E., Ascherio, A., Colditz, G. A.,... & Willett, W. C. (1999). A prospective study of egg consumption and risk of cardiovascular disease in men and women. *JAMA*, 281(15), 1387-1394. doi:10.1001/jama.281.15.1387
- Latour, B. (2000). *Ciência e ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora* (I. C. Benedetti, Trad.). São Paulo, Brasil: UNESP.
- Levant, R. F. (2005). *Report of the 2005 Task Force on Evidence-Based Practice*. Recuperado de <http://www.apa.org/practice/resources/evidence/evidence-based-report.pdf>
- Luíz, B. A. J. (set-dez, 2002). Meta-análise: definição, aplicações e sinergia com dados espaciais. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 19(3), 407-428. Recuperado de http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v19/cc19n3_03.pdf
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7a ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P. & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. (2009). Informação científica para fortalecimento da gestão do Sistema Único de Saúde [Informe Técnico Institucional]. *Revista de Saúde Pública*, 43(3), 561-562. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009000300023> Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v43n3/itdecit.pdf>
- Price, D. S. (1976). *Ciência desde a Babilônia* (L. Hegenberg & O. S. da Mota, Trad.). Belo Horizonte, Brasil: Itatiaia.
- Reis, F. B., Ciconelle, R. M. & Faloppa, F. (mar, 2002). Pesquisa científica: a importância da metodologia. *Revista Brasileira de Ortopedia*, 37(3), 51-55. Recuperado de <http://alessandro.cbcs.uepb.edu.br/pdf/texto3.pdf>
- Rhomberg, H. P. & Braunsteiner, H. (1976, May). Excessive egg consumption, xanthomatosis and cholesterolaemia. *British Medical Journal*, 1(6019), 1189-1189.
- Rocha, J. C. (jul, 2012). Incorporação dos resultados de pesquisa pelos gestores do Sistema Único de Saúde num contexto atual. *Boletim do Instituto de Saúde*, 13(3), 199-204. Recuperado de http://portal.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/bis/pdfs/bis_v13_3.pdf
- Sampaio, M. I. C. (2013). *Qualidade de artigos incluídos em revisão sistemática: comparação entre latino-americanos e de outras regiões*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-11122013-084214/pt-br.php>
- Sampaio, M. I. C. & Sabadini, A. A. Z. P. (2009). Indexação e fator de impacto. En A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica* (pp. 103-116). São Paulo, Brasil: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/ Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Recuperado de <http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/biblioteca/Publicarempsicologiaaversao2012.pdf>
- Sánchez-Meca, J., Boruch, R. F., Petrosino, A. & Rosa, A. I. (2002). La Colaboración Campbell y la práctica basada en la evidencia. *Papeles del Psicólogo*, 83, 44-48. Recuperado de <http://www.um.es/metaanalysis/pdf/7073.pdf>

- Simpson, A. J. G., Reinach, F. C., Arruda, P., Abreu, F. A., Acencio, M., Alvarenga, R.,... & Setubal, J. C. (2000, Oct). The genome sequence of the plant pathogen *Xylella fastidiosa*. *Nature*, *406*, 151-157. doi:10.1038/35018003
- Trzesniak, P. (2014). Hoje vou escrever um artigo científico: a construção e a transmissão do conhecimento. En S. H. Koller, M. C. P. Couto & J. V. Hohendorff (Orgs.), *Manual de produção científica* (pp. 15-38). Porto Alegre, Brasil: Penso.
- Trzesniak, P., Plata-Caviedes, T. & Córdoba-Salgado, O. (2012). A qualidade de conteúdo, o grande desafio para os editores científicos. *Revista Colombiana de Psicología*, *21*(1), 57-78. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/rcps/v21n1/v21n1a05.pdf>
- Volpato, G. L. (2011). *Método lógico para redação científica*. Botucatu, SP, Brasil: Best Writing.
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P. & Koller, S. H. (2014, Jan-Mar). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *30*(1), 97-104. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012> Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722014000100012

Recebido 5 de julho de 2014
Revisão aceita 11 de dezembro de 2014
Aceitado 31 de dezembro de 2014

Resenha das autoras

Maria Imaculada Cardoso Sampaio é Doutora em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e Bibliotecária chefe da Biblioteca Dante Moreira Leite no mesmo Instituto. Coordena a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi). E-mail: isampaio@usp.br

Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini é Bibliotecária chefe da Seção de Preservação Histórica da Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Coordena o Centro de Memória do mesmo Instituto. E-mail: angelica@usp.br

Primeira publicação online: 24 de março de 2015